



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

15691 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - 16ª Reunião Científica Regional da ANPEd - Sudeste (2024)
ISSN: 2595-7945
GT 05 - Estado e Política Educacional

POLÍTICA DE AVALIAÇÃO NO ENSINO MÉDIO CAPIXABA: TRANSFORMAÇÕES E IMPLICAÇÕES DA REFORMA

Julia dos Santos Pereira - UFES - Universidade Federal do Espírito Santo

Eliza Bartolozzi Ferreira - UFES - Universidade Federal do Espírito Santo

Agência e/ou Instituição Financiadora: Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

POLÍTICA DE AVALIAÇÃO NO ENSINO MÉDIO CAPIXABA: TRANSFORMAÇÕES E IMPLICAÇÕES DA REFORMA

INTRODUÇÃO

Este resumo expandido é resultado de uma dissertação em andamento do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGE-Ufes), que objetiva investigar a política de avaliação empreendida na rede estadual de ensino médio do Espírito Santo (ES) no contexto da Reforma do Ensino Médio (REM), que altera significativamente o currículo dessa etapa da educação básica (Lei nº 13.415/2017). O estudo possui financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Durante a implementação da reforma, a Secretaria de Educação do Espírito Santo (Sedu) promoveu mudanças nas avaliações (Avaliação Diagnóstica em 2021, Avaliação de Monitoramento da Aprendizagem em 2023 e Autoavaliação Socioemocional em 2024). Esta pesquisa se justifica pela necessidade de aprofundar estudos críticos que buscam compreender o novo cenário educacional introduzido pela REM, em especial, identificar o *modus operandi* da avaliação e seus efeitos para a vida escolar dos atores envolvidos. Portanto, as principais questões que orientam este estudo são: qual concepção de avaliação que se tem no ES? Quais mudanças na avaliação foram implementadas no ensino médio capixaba? Quais os efeitos dessas para os atores escolares da rede estadual do ES? O que essas novas avaliações

representam no contexto da reforma?

METODOLOGIA

A dissertação segue os princípios da pesquisa qualitativa (Creswell, 2007), do tipo estudo de caso e utilizará a análise de conteúdo (Bardin, 1977) para tratamento dos documentos. A pesquisa incluirá entrevistas com o técnico da Sedu da Gerência de Avaliação e da Superintendência Regional, e com a gestão pedagógica de uma escola de ensino médio localizada em Vitória/ES. Além disso, será aplicado um questionário para pelo menos 30% do corpo docente dessa escola. Adotamos a perspectiva teórico-epistemológica da Sociologia da Ação Pública que reconhece a presença de múltiplos atores que disputam influências na política e se dedica a analisar as interações entre esses atores e suas ações coletivas e individuais nas políticas públicas.

DISCUSSÃO DA PESQUISA

Freitas *et al.* (2009) definem a avaliação educacional como um processo coletivo de reflexão, destinado a promover o crescimento contínuo do aluno, servindo secundariamente para oferecer dados ao sistema. Porém, desde o final da década de 1980 a avaliação em larga escala tornou-se a principal política adotada globalmente pelos sistemas educacionais para prestação de contas. Pressionados pela onda neoliberal de eficácia e eficiência dos serviços, pouco a pouco a sociedade vai sendo tomada pelos valores do mercado. Esse movimento ocorre no Brasil a partir da década de 1990 e os sistemas de avaliação implementados simbolizam essa lógica no campo da educação.

O conceito de avaliação então passa por uma profunda transformação, alinhando-se às demandas da globalização e do mercado, medindo desempenho de escolas e alunos com indicadores, *rankings* e influenciando reformas. Freitas (2018) alerta que as avaliações em larga escala são centrais nas “reformas empresariais da educação”, pois focam em exames padronizados, ranqueamentos e meritocracia. Conseqüentemente, a REM e as mudanças operadas na avaliação do ES evidenciam as competências e habilidades conforme o currículo, podendo excluir alunos com desempenho inferior. As avaliações diagnósticas e socioemocionais introduzidas podem indicar uma estratégia política para justificar desempenhos individuais, tratando cada estudante de forma distinta com base nos aspectos subjetivos informados pela avaliação.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A avaliação se torna uma política pública ao incorporar conceitos de responsabilização e prestação de contas, elementos centrais na lógica gerencialista da Nova Gestão Pública e do neoliberalismo. Assim, seus resultados são utilizados para criar ranqueamentos, sistemas de bonificação e implementar outras políticas que prestem contas à sociedade. Contudo, esses resultados muitas vezes não são aproveitados para melhorar a qualidade da educação, pois se baseiam majoritariamente em dados quantitativos, ignorando muitas dimensões qualitativas.

Esses aspectos mostram como a avaliação vai além do seu papel técnico, estruturando a organização e os objetivos da educação nacional. Assim, ela não é apenas um processo isolado, mas uma política em si, utilizada como um Instrumento de Ação Pública. Esses instrumentos produzem efeitos independentemente dos objetivos governamentais e estão ligados aos atores que os utilizam, materializando e operacionalizando as políticas públicas (Lascoumes; Le Galès, 2007). No ES, a Sedu expandiu seu modelo gerencial de educação com essas novas avaliações, transformando escolas cada vez mais em empresas com metas de aprovação e constante cobrança dos profissionais, onde tarefas pedagógicas vão se tornando administrativas (Lyrio *et al.*, 2024). A partir dos resultados, há tomada de decisões que moldam a política educacional do ES, transformando-a em uma política de avaliação.

Palavras-chave: Política de avaliação educacional; Reforma do Ensino Médio; Espírito Santo.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

CRESWELL, J. W. *Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

FREITAS, L. C. *A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias*. São Paulo: Expressão popular, 2018.

FREITAS, L. C.; SORDI, M. R. L.; MALAVASI, M. M. S.; FREITAS, H. C. L. *Avaliação educacional: caminhando pela contramão*. Petrópolis: Vozes, 2009.

LASCOUMES, P.; LE GALÈS, P. Introduction: understanding public policy through its instruments. *Governance*, v. 20, n. 1, p. 1-21, 2007.

LYRIO, A. S., SILVA, E. M.; TARTAGLIA, L. M.; FERREIRA, E. B. O novo ensino médio no Espírito Santo: a implantação realizada nas escolas-piloto. *Revista Educação e Políticas em Debate*, v. 13, n. 2, p. 1-21, 2024.